



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Lançamento do Programa de Competitividade Industrial

Desde o primeiro dia do meu governo estamos tomando providências no sentido de apoiar a modernização da indústria brasileira. Já se percebe que a nossa economia respira um ambiente de crescente competição, resultado da desregulamentação, da abertura às importações e do combate sem tréguas aos cartéis e àqueles que continuam agindo contra o projeto nacional de construção de uma economia de mercado contemporânea.

A reestruturação da indústria também tem sido objeto da nossa atenção. Diversas medidas já foram adotadas neste sentido, como a definição da política tecnológica e o lançamento do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade. Basta a leitura dos jornais para percebermos, através dos inúmeros artigos publicados, que, muito em função disto, qualidade, produtividade e capacitação tecnológica estão hoje no centro das atenções das empresas brasileiras.

Neste momento, estamos apresentando o Programa de Competitividade Industrial — PCI, etapa final da formulação da nossa estratégia na busca da produção de bens e serviços em padrões internacionais de preço e qualidade.

A abordagem sistêmica da competitividade, mencionada pela Ministra da Economia, indica que esta é uma tarefa de todos

nós, governo, empresários e trabalhadores. É através da competitividade de toda a economia brasileira que retomaremos o crescimento de forma sustentada e em novas bases, ampliando o nível de empregos e gerando mais riquezas.

É através da competitividade que os investimentos estrangeiros, fundamentais na nossa empreitada de modernização e crescimento, voltarão a fluir para o País. Enganam-se aqueles que explicam os reduzidos investimentos estrangeiros realizados no Brasil, na última década, apenas considerando a escalada inflacionária e a crise da dívida externa. Na verdade, com a globalização da economia e com a abertura dos mercados às importações, o investidor procura países que permitam a produção de bens e serviços em padrões mundiais. É por este motivo que os países que respondem por 80% dos investimentos estrangeiros — Estados Unidos, Inglaterra, Japão, Alemanha e França — são os receptores de 60% destes mesmos investimentos. Em 1981, 37,8% dos investimentos estrangeiros iam para os países em desenvolvimento, e em 1988 este percentual caiu para apenas 9,8%.

A política econômica do Governo e os esforços de estabilização macroeconômica que estamos realizando são a base indispensável para a competitividade. Ressalto, no entanto, que a construção da estabilização e a busca da competitividade possuem uma relação recorrente. Somente o enfrentamento imediato, persistente e obstinado dos problemas que se acumularam no sistema econômico e nas empresas, ao longo dos muitos anos de crise e deterioração, pode reconstruir a perspectiva de longo prazo, sem a qual a estabilização não pode ser alcançada.

«As deficiências da estrutura educacional do País são um grande obstáculo à competitividade.»

Os anos de 91 e 92 serão marcados na nossa história econômica como os anos em que a reestruturação competitiva da in-

dústria brasileira ocorreu com grande intensidade. As empresas perceberão que o custo do investimento no Brasil diminuirá e que o mercado nacional tem grande potencial. Aqueles que acreditarem neste novo tempo e investirem agora serão os sócios privilegiados do Brasil novo, nacionalmente justo e economicamente desenvolvido.

Mencionei no dia 7 de novembro do ano passado, quando do lançamento do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, que iremos fazer uma revolução no nosso sistema educacional. Vamos reorientar o esforço institucional e financeiro do poder público para o ensino básico, colocando os ensinos técnico e superior em sintonia com a orientação das políticas industrial e tecnológica do País, determinadas para sustentar a competitividade em padrões internacionais. As deficiências da estrutura educacional do País são, além de grave problema social, um grande obstáculo à competitividade.

Desta maneira, destaco entre as medidas anunciadas a criação da comissão que irá propor, no prazo de 60 dias, uma reformulação dos ensinos técnico e superior. Não poderemos continuar alocando 70% dos recursos públicos federais em educação para custear o ensino superior, enquanto o exemplo dos países desenvolvidos nos ensina que esta proporção deve ser inversa em favor da educação básica. É certo também que a educação como um todo precisa de recursos crescentes para poder exercer o seu papel transformador da realidade brasileira. Repito, vamos fazer a revolução educacional deste País.

O Governo está fazendo a sua parte agindo nas dimensões sistêmica e setorial da competitividade. Estou certo de que os empresários brasileiros saberão agir conosco na dimensão setorial, e executarão as tarefas necessárias no campo da competitividade empresarial. A comissão criada será de extrema importância no acompanhamento e no aperfeiçoamento do Programa de Competitividade Industrial.

Senhoras e senhores, continuamos determinados no cumprimento do nosso programa de governo. À medida que vamos concretizando as reformas estruturais, que darão resultados a médio e a longo prazo, estaremos aperfeiçoando a administração das dificuldades de curto prazo. Com a ajuda de Deus e co-

laboração firme da sociedade brasileira, nada nos deterá. O Brasil vai se modernizar, voltará a crescer com distribuição de renda e justiça social. Todos nós somos responsáveis pela construção do nosso futuro. Vamos a ele!

Muito obrigado!

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
no lançamento do Programa de Competitividade
Industrial, no Palácio do Planalto,
no dia 27 de fevereiro de 1991.*